

DESVENTURAS E VENTURAS DA ESCRITA DA HISTÓRIA: ENTREVISTA COM CARLO GINZBURG¹

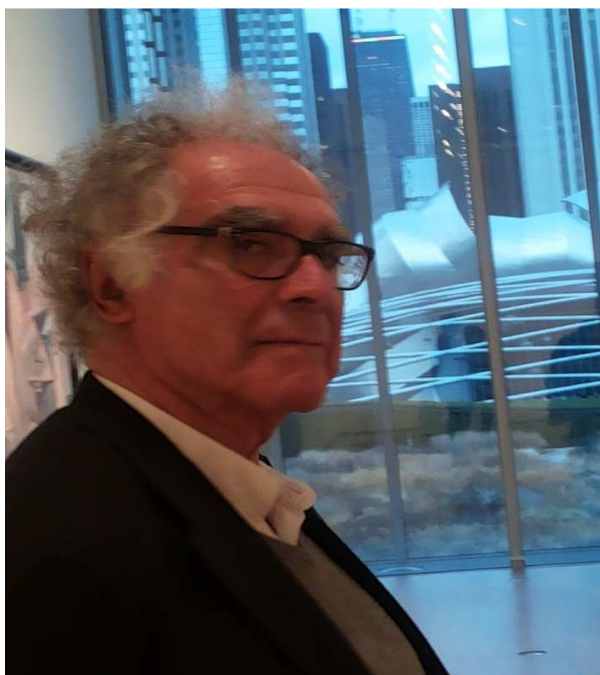
Desde tenra idade, Carlo Ginzburg, italiano de origem judaica, nascido em Turim, em 1939, foi imerso no mundo da narrativa, das palavras e seus significados: primeiro através dos pais, mais tarde, através de seu próprio itinerário de pesquisa.

Ginzburg é o filho de Leone Ginzburg e Natalia Levi. O pai, livre-docente de literatura russa na Universidade de Turim, em 1934, abandonou a carreira acadêmica por ter se recusado a fazer o juramento de lealdade ao regime fascista. Traduziu para o italiano, entre outras obras, *Anna Karenina*, de Leon Tolstói, e *Taras Bulba*, de Nikolai Gogol. Foi um dos fundadores da editora Einaudi. Preso por atividades antifascistas, faleceu em 1944, na prisão de Roma controlada pelos nazistas. Natalia escreveu romances e ensaios traduzidos em muitas línguas, incluindo “Léxico familiar”, “Todos os nossos objetos”, “As pequenas virtudes”, além de “Le voci della sera” e “La famiglia Manzoni” (ainda não traduzidos para a língua portuguesa).

Ginzburg estudou na Escola Normal Superior de Pisa e formou-se em história pela Universidade de Pisa. Posteriormente passou períodos de estudo no Instituto Warburg (Londres), no Instituto de Estudos Avançados (Princeton), na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris), no Getty Center (Santa Monica, Califórnia), no Wissenschaftskolleg (Berlim). Lecionou na Universidade de Bolonha, na UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles), na Escola Normal Superior de Pisa. Muitos de seus livros foram traduzidos por editoras brasileiras: “Os Andarilhos do Bem”, “História Noturna”, “O Queijo e os Vermes”, “Mitos, Emblemas e Sinais”, “Olhos de Madeira”, “Nenhuma Ilha é uma Ilha”, “Relações de Força”, “Investigando Piero”, “O Fio e os Rastros” e, mais recentemente, “Medo, Reverência, Terror”.

De sua casa em Bolonha, na Itália, ele respondeu a perguntas sobre a consciência histórica e a escrita da história, sobre micro-história, terrorismo e terror, narrativa histórica e narrativa cinematográfica, e falou também de seus projetos futuros.

¹ Texto de apresentação, elaboração das questões e tradução: Profs. Araguaia Solange de Souza Roque (UNESP), Humberto Perinelli Neto (UNESP) e Rodrigo Ribeiro Paziani (UNIOESTE).



Carlo Ginzburg (Foto: Luisa Ciammitti/Arquivo Pessoal)

1. Ao ler suas obras, inferimos que a escrita da história envolve, fundamentalmente, a relação existente entre observador, indícios e narrativa. O Sr. concordaria com esta definição? Por quê?

CG: Eu mudaria um pouco a definição. Embora muitas vezes falemos metaforicamente de "ponto de vista", os historiadores raramente podem ser definidos como observadores: o acesso à realidade é feito indiretamente, por meio de uma documentação que (exceto no caso da história oral) não produzem. As perguntas dos historiadores transformam a documentação em indícios. A partir daí emergem os filtros narrativos, as narrativas (ênfase o plural). Cada escolha narrativa, consciente ou inconsciente, tem consequências sobre o plano cognitivo. Mudam os historiadores, mudam as perguntas nos documentos, muda (muitas vezes, mas não sempre) a documentação disponível. E mudam os resultados (as narrativas históricas).

2. Continuando nesta mesma temática, sabemos que desde o século passado tem se multiplicado um conjunto amplo e heterogêneo de “escritas” da história (ou “histórias”) que vão dos diversos matizes da chamada “(nova) história cultural”, passam pelas vertentes historiográficas do campo marxista (revisionistas ou não) e chegam até as

produções históricas realizadas por não historiadores como jornalistas, cineastas e críticos de arte. Em relação a este conjunto tão diverso (e, por vezes, controverso) de “escritas”, como o Sr. analisa o estatuto da História no século XXI?

CG: Parece-me que a contradição fundamental da historiografia hoje possa se caracterizar assim: seus instrumentos analíticos e seus formulários narrativos foram elaborados segundo uma tradição muito variada e inconstante, mas focada principalmente na Europa e na colonização europeia. É um passado transcorrido há muito tempo, mas que ainda pesa. Aqueles instrumentos, aqueles formulários devem lidar com uma realidade (e documentação) muito mais vasta, considerada a partir de diferentes pontos de vista. Daí a contradição a que me referi: o vinho velho não pode ser contido em odres novos, como se lê no Evangelho segundo Marcos. Trata-se de considerações óbvias, mas as formas em que esta contradição deve ser abordada estão longe de serem óbvias.

3. Num texto em que reflete sobre a escrita da história a partir da leitura de textos de Siegfried Kracauer e Marc Bloch, o Sr. afirma que existe uma perspectiva interessante para tal escrita, produzida na mediação entre close-ups e planos gerais ou grandes planos gerais (extreme longshots). Partindo desta reflexão, em que medida a ressignificação do papel da narrativa na história promovida por seus estudos guarda proximidade teórico-metodológica com questões ligadas ao cinema? Seria pertinente à formação do historiador do século XXI aprender sobre a narrativa cinematográfica e até mesmo produzir seus trabalhos no formato de filmes? Por quê?

CG: O cinema (desde o cinema mudo, que era muito mais ousado em seus experimentos formais em relação ao sonoro) apresenta desafios narrativos. Os historiadores aprenderam com os escritores (e vice-versa): por que não com os diretores? O projeto de Sergei Eisenstein de fazer um filme sobre *O Capital*, de Marx, sempre me fascinou. E naturalmente o historiador do século XXI encontrará material valioso para filmes de ficção como *O Gabinete do Dr. Caligari* ou filmes de propaganda, tais como *O Triunfo da Vontade*, de Leni Riefenstahl: é preciso lê-los, um e outro, às avessas (como diria Walter Benjamin). Qual pode ser o equivalente cinematográfico de um ensaio histórico? Um documentário? Há algum tempo me questiono quanto à espontaneidade construída dos documentários. De qualquer forma, será preciso distinguir o elemento documentário

consciente do inconsciente: o historiador (como nos ensina Marc Bloch) procurará uma verdade mais profunda, sobretudo no elemento de verdade inconsciente.

4. Em livro recente, intitulado *“Paura, reverenza, terrore: rileggere Hobbes oggi”* (publicado no Brasil em 2014²), o Sr. diz logo na introdução ao livro as seguintes palavras: *“Falarei de terror, não de terrorismo. Não creio que a palavra “terrorismo” nos ajude a compreender os fenômenos sangrentos aos quais se refere. Como o terrorismo, também o terror é atual: mas não falarei da atualidade”*. E complementa dizendo que é preciso olhar a distância os problemas do tempo presente (para melhor compreendê-los). Concordamos com o Sr., mas gostaríamos de recolocar a questão do “terrorismo”, levando em consideração não apenas os ataques em Nova Iorque em 2001, mas também aos episódios recentes ocorridos em Paris e outras capitais pelo mundo. Como o seu estudo sobre o “terror”, o “medo”, a partir da análise da iconografia política e da filosofia de Hobbes, pode ajudar o sujeito do século XXI a se orientar num tempo presente marcado cotidianamente pelo fenômeno do “terrorismo”?

CG: Eu ainda acredito que o terror nos ajude a compreender o chamado terrorismo: não o contrário. Se compararmos as duas categorias, vemos imediatamente que o terror tem uma história muito mais longa, incorporando uma reflexão muito mais rica. Falou-se de terrorismo para designar, após o ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, os atos violentos não atribuídos a entidades estatais. Mas a existência do EI³ complicou as coisas, tornando o termo "terrorismo" mais do que nunca inadequado, do ponto de vista analítico. Os atentados ocorridos em Paris, as decapitações exibidas mundialmente querem incutir o medo, querem aterrorizar. A tecnologia mudou; o contexto, não só midiático, mas político, é novo; o objetivo é antigo. Como sempre, no presente escondem-se muitos passados, entrelaçados e estratificados. É por isso que insisto mais do que nunca na ideia de distanciamento do presente: você deve aprender a olhá-lo de maneira indireta. À antiga questão: para que serve a história (o conhecimento histórico) eu responderia: para não considerar a realidade como óbvia.

² GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror*. Quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³ O entrevistado se refere ao ISIS, abreviação de *Islamic State of Iraq and Syria*. Em português, as formas adotadas pela imprensa brasileira são “Estado Islâmico” ou “EI”.

5. *Gostaríamos de lhe fazer algumas perguntas sobre a micro-história. Uma delas diz respeito à questão da “distância”, um dos termos caros às reflexões que apresenta em uma de suas obras (“Olhos de madeira”). Utilizando-se do mesmo procedimento metodológico abordado pelo Sr., como explicar, a partir de um certo distanciamento, o “nascimento” da abordagem micro-histórica, décadas depois da publicação dos primeiros trabalhos associados a esta perspectiva historiográfica?*

CG: Na rica galeria dos antepassados da micro-história, eu incluiria Bronislaw Malinowski, o autor da frase: "não é esta ou aquela tribo que importa, são as perguntas que colocamos à tribo". A relação entre antropologia e história – uma relação em que se entrelaçavam desafio e diálogo – teve a meu ver um papel decisivo no surgimento da micro-história. Nos anos 60 e 70 do século passado, com o declínio das potências coloniais tradicionais, a antropologia, instrumento da colonização europeia, transformou-se em algo completamente diferente: um instrumento de distanciamento crítico, em comparação com a realidade de qualquer gênero. Da mesma forma, o potencial analítico da micro-história permite criticar respostas macro-históricas dadas como evidentes, e de formular novas questões: em qual direção? A resposta para mim é óbvia: seja micro ou macro-histórica.

6. *Uma das principais contribuições metodológicas oferecidas pelo Sr. dentro da perspectiva micro-histórica, e por que não ao próprio “ofício do historiador”, foi a problematização do chamado “método indiciário”. Passadas algumas décadas após a recepção deste método pelos historiadores, como o Sr. avalia hoje as potencialidades (e os possíveis limites) do indiciarismo como método de (re)construção do conhecimento histórico?*

CG: No ensaio “Sinais. Raízes de um paradigma indiciário” (1979) entrelaçavam-se uma proposta teórica, uma reconstrução histórica (em parte declaradamente conjectural) e uma reflexão, encoberta, sobre a minha maneira de trabalhar. Continuei a trabalhar sobre indícios, mas o sucesso daquele ensaio (que não posso negar) induziu-me a não usar o termo paradigma "indiciário" por mais de vinte anos. Eu não queria que o meu nome fosse associado a um *slogan*, ou (pior) a um logotipo. Lancei-me em diferentes direções. Em um livro como “História noturna: decifrando o Sabá” (1989) usei um método indiciário em escala macroscópica (o continente eurasiático). Naquele caso, talvez tenha surpreendido

meus leitores, contrariando suas expectativas. Mas, em geral, isto parece-me útil, para eles e para mim. Cristalizar-se, introjetar uma imagem (sugerida pelos outros ou por nós mesmos) parece-me um risco sempre presente do qual devemos nos guardar, não só enquanto pesquisadores, mas enquanto indivíduos. É claro que, por trás do impulso, muito forte em mim, de mergulhar continuamente em novos temas de pesquisa, há também uma consciência deste risco.

7. Uma outra questão significativa surge quando se fala na “micro-história”. Em livro de entrevistas organizado por Maria Lúcia Pallares-Burke, da qual o Sr. participou, a certa altura da conversa o Sr. deixa evidente o incômodo de ser chamado “micro-historiador”, um rótulo ao qual, muitas vezes, lhe era (ou é) associado. No livro, o Sr. tentou explicar este incômodo, mas nos pareceu que a resposta deixa margem para questões. Se podemos falar, de maneira segura, em “micro-história”, por que não é possível (ou viável) utilizarmos o termo “micro-historiador” para se referir àquele que pratica a micro-história? Por exemplo, Giovanni Levi não poderia ser considerado um “micro-historiador”?

CG: Qualquer um pode fazer, se quiser, micro-história, ainda que esta escolha, obviamente, não garanta a qualidade dos resultados. Mas a ideia de ser rotulado como “micro-historiador” definitivamente naquele momento não me atraía, e nem atrai agora: daí, portanto, o desconforto percebido na minha resposta a Maria Lúcia Pallares-Burke. Creio que ser rotulado como “micro-historiador” não agrada nem mesmo a Giovanni Levi. Continuamos, tanto ele quanto eu, convencidos da vitalidade do projeto que deu vida à micro-história, mas fazemos isto a partir de pontos de vista diferentes. Pude constatar isso discutindo com Giovanni há alguns dias atrás, em Veneza. Trata-se de divergências nutrientes, tal qual o jantar que tivemos juntos.

8. Décadas depois do emprego e da popularização do termo “micro-história”, qual o balanço que o Sr. faz desta perspectiva historiográfica, considerando que sua produção científica tem influenciado os domínios (teóricos, metodológicos, epistemológicos) da história?

CG: Sem dúvida, a micro-história teve um grande e, para mim, inesperado, sucesso. Mas, por trás desse rótulo, escondem-se múltiplas versões; não existe uma ortodoxia micro-

histórica, existem muitas variantes. Alguns tendem a simplificar, às vezes até banalizar o projeto, abandonando o elemento analítico. Propor uma anedota não basta. A riqueza de um caso é medida por seu potencial analógico: a possibilidade de propagar perguntas e até mesmo (por que não?) respostas. A micro-história desafia a macro-história, e inversamente. Por isso, em um ensaio recente (“*Microhistory and World History*”⁴), procurei demonstrar, através da discussão de um caso específico, que a micro-história pode ser uma maneira de lidar com a contradição à qual me referi. Mais uma vez procurei amarrar pesquisa empírica e reflexão teórica. Consegui? Eu não sei.

9. Mudando o tópico do assunto, cabe ainda perguntar se o Sr. tem conhecimento da produção historiográfica brasileira? Poderia nos falar à respeito de algumas obras/autores que, possivelmente, conhece ou já leu?

CG: O meu conhecimento da historiografia brasileira é, infelizmente, muito limitado. Entretanto, gostaria de citar ao menos Henrique Espada Lima, não só por seu livro (extremamente estimulante) sobre a micro-história italiana, mas por suas reflexões sobre os processos sociais decorrentes da abolição da escravidão no Brasil.

10. Qual o entendimento do Sr. em relação a recepção e ao impacto de suas obras pelos historiadores brasileiros?

CG: Uma receptividade extraordinariamente generosa. Acredito não ter encontrado um público semelhante em nenhum outro país. E isto eu devo a muitos – mas antes de tudo à Companhia das Letras, que publicou os meus livros, e também a seus fundadores, Luiz Schwarcz e Lilia Moritz Schwarcz.

11. O Sr. poderia nos dizer quais são os seus próximos projetos acadêmicos?

CG: Deixei a academia há alguns anos, devido à idade, mesmo que ainda me convidem para palestras (aceitei, com grande alegria, o convite da Universidade de Chicago no outono passado). Com relação a projetos de pesquisa, tenho muitos, talvez até demais porque conflitantes uns com os outros. O que mais me importa é talvez o que não

⁴ GINZBURG, Carlo. *Microhistory and world history*. In: BENTLEY, Jerry H.; SUBRAHMANYAM, Sanjay; WIESNER-HANKS, Merry E. *The Cambridge world history*. Cambridge: University Press, vol. 6, 2015 (The construction of a global world, 1400-1800 CE, Part 2: Patterns of change).

consegurei concluir: um livro sobre Dante. Trabalho nisso há anos, publiquei vários ensaios: quanto ao livro, quem sabe.